

CEDI Centro Ecumênico  
de Documentação e Informação

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA  
DE 18 A 25 DE JUNHO DE 1982  
Nº 189 - CIRCULAÇÃO INTERNA

# Aconteceu



Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor  
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial  
Carlos Cunha  
Carlos Rodrigues Brandão  
Heloísa Martins  
Jether Ramalho  
Letícia Cotrim  
Neide Esterci  
Paulo Ayres Matos  
Paulo Cezar Botas  
Rubem T. de Almeida  
Zwinglio Mota Dias

CEDI  
Centro Ecumênico  
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos  
Tel.: 205-5197  
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis 983  
Tel.: 66-7273  
01238 São Paulo SP

Assinatura anual: Cr\$ 500,00  
Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio  
para Tempo e Presença Editora Ltda.  
Caixa Postal 16.082  
22221 Rio de Janeiro RJ

Editor do Aconteceu  
Rubem T. de Almeida

## TRABALHADORES URBANOS

### COMEÇOU ARRESTO NA COFERRAZ

O arresto dos bens da Siderúrgica Coferraz foi iniciado ontem, em Santo André (SP). Três oficiais de Justiça, cumprindo determinação do juiz, estiveram na empresa e começaram a relacionar todos os bens, inclusive o imóvel, para garantir o cumprimento da sentença, que obriga a empresa a pagar Cr\$ 572 milhões como direitos trabalhistas a 953 operários. Na próxima segunda-feira esses mesmos oficiais voltarão à Coferraz para etiquetar "tudo o que for encontrado na empresa". (FSP - 19/6/82)

### ARRESTO DE BENS NA TAMOIO

A juíza do Trabalho de Araraquara (SP) acolheu a petição do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, da região, requerendo medida cautelar que compreende protesto e arrestamento dos bens da Usina Tamoio. Esta medida visa à garantia dos débitos trabalhistas a cerca de 500 funcionários daquela usina, incluindo o pagamento de salários de maio e o recolhimento do FGTS, em atraso desde agosto de 1977. (ESP - 25/6/82)

### TUPI NÃO CUMPRE ACORDO E DEMITE 120

Com as novas dispensas de ontem, já são 120 os operários demitidos pela Metalúrgica Ferro Elétrico Tupi. Os 250 metalúrgicos que permaneceram na empresa denunciaram ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano (SP) que o salário de maio ainda não foi pago, o que deveria ter ocorrido ontem, segundo acordo entre os operários e a direção da metalúrgica. Esse acordo estabelecia ainda a formação de uma comissão de empregados encarregados de acompanhar diariamente o movimento da metalúrgica e 25% do que fosse arrecadado seria depositado em nome dos operários como garantia de pagamento de seus salários. Além de não cumprir o acordo, a Ferro Elétrico Tupi efetuou novas demissões, ato julgado pelo sindicato como "imoral", pois o acordo estabelecia garantia de emprego por seis meses". (FSP - 19/2/82)

### RECUSADA REDUÇÃO DA JORNADA

Os operários da Mercedes Benz, em Campinas (SP), rejeitaram ontem, por 1.438 votos contra 466, a proposta da empresa de redução da jornada semanal de cinco para três dias de trabalho. A decisão foi tomada em assembléia realizada no interior da fábrica, no intervalo de turnos, com a imprensa proibida pela direção da empresa de ter acesso ao local. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Cid Ferreira de Souza, disse que ainda ontem iria tentar negociar com a indústria no sentido de que não seja adotada a nova sistemática bem como não sejam promovidas dispensas em massa. Por outro lado, a Mercedes Benz do Brasil anunciou ontem que os trabalhadores da fábrica de São Bernardo do Campo (SP) não serão afetados pelos problemas existentes atualmente na unidade de Campinas. (ESP - 25/6/82)

### DIEESE ALERTA PARA DESEMPREGO

Mesmo que o País retome a taxa de crescimento de 5% ao ano para o Produto Interno Bruto (PIB), o total de desempregados deverá dobrar nos próximos cinco anos. Essa afirmação foi feita ontem pelo economista Walter

Bareli, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - Dieese, em palestra pronunciada para a Associação de Relações Industriais da Zona Oeste. Segundo Bareli, a crise econômica que provocou a onda de desemprego no ano passado (calculado em 12%, em 1981, pelo Dieese) levou as empresas a acelerarem o processo de modernização e automação de seus parques industriais. Com isso, há uma considerável liberação de mão-de-obra. A tal ponto que as indústrias - segundo prevê o economista - poderão voltar a aumentar suas produções (e, conseqüentemente, o PIB) sem que haja criação de empregos em volume correspondente. Em muitos casos - disse - a produção poderá ser aumentada até mesmo com a redução de pessoal. O diretor do Dieese comentou que "a situação é muito séria e o mais grave é que ninguém está pensando nisso", fazendo a ressalva de que, "além do movimento sindical, apenas um ministro - o do Trabalho - tem falado em política de emprego". (FSP - 25/6/82)

#### NEGOCIAÇÕES PODEM SOLUCIONAR DESEMPREGO

A rotatividade de mão-de-obra e o desemprego não são causados pela política salarial de reajuste semestrais com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), mas, sim, pela política das empresas, de reduzir seus custos rebaixando a folha de pagamento, e pela recessão interna, provocada pela política econômica do governo. Essa afirmação foi feita ontem pelo diretor-técnico do Dieese, Walter Bareli. De acordo com o economista do Dieese, a solução para esses problemas pode resultar de negociações diretas entre empresários e trabalhadores, à medida que as empresas tomarem consciência da sua importância social e reconhecerem nos trabalhadores pessoas humanas. Diante desse quadro - na opinião de Walter Bareli - poderia ser negociada a redução da jornada de trabalho semanal, amenizando em parte a questão do desemprego. (ESP - 25/6/82)

---

#### TRABALHADORES RURAIS

---

#### POSSEIROS DO ABC ENTRAM COM USUCAPIÃO

Posseiros em São Bernardo do Campo (SP), entraram com pedido de usucapião especial - pela primeira vez no ABC - com base nos termos da Lei nº 6.969, de dezembro do ano passado, para permanecerem na área que ocupam há cerca de 20 anos. A Imobiliária Santa Tereza, que tenta expulsar os posseiros para implantar no local o loteamento Jardim das Orquídeas, foi multada pela Prefeitura (pela terceira vez em dois anos) em 9,3 milhões de cruzeiros, devido à movimentação de terras, que implica no uso de tratores e caminhões para escavações e aterros. O advogado dos posseiros, Júlio Nunes da Silva, acentua que a área que se encontra sub júdice, é de 253 mil metros quadrados e está habitada por cerca de cem pessoas há cerca de 20 anos. "A área total da gleba é de 744 mil metros quadrados e a imobiliária já vendeu alguns lotes, mesmo sem aprovação da Prefeitura", segundo informou um assessor da Comissão de Regularização de Lotes do Município. (ESP - 23/6/82)

#### POSSEIROS E MISSIONÁRIOS SÃO LIBERTADOS EM RO

Por maioria de votos, a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia concedeu ontem habeas-corpus ao pastor luterano Otto Reminger, ao agente pastoral Olavo Norrow e aos posseiros Francisco Cesá-

rio da Silva, José Pedro Alcântara, José Barbosa e Luís Francisco da Silva, que estavam presos há mais de um mês, em Ji-Paraná e Vilhena, e foram soltos ontem à tarde. Os desembargadores do Tribunal de Justiça de Rondônia concluíram que não havia justificativa para a prisão preventiva dos envolvidos, todos com bons antecedentes e residência conhecida em Colorado. Missionários e posseiros foram presos após um levante ocorrido dia 5 de maio último na fazenda de propriedade de Agapito Lemos, Colorado do Oeste, em que cerca de 100 posseiros reagiram contra um mandado de despejo, matando dois jagunços. Os religiosos são acusados de incentivar o movimento dos posseiros. (FSP - 18/6/82)

#### METALÚRGICA AMEAÇA PESCADORES

Os pescadores artesanais da ilha da Madeira, no município de Itaguaí, litoral Sul do Estado do Rio, enviaram ao presidente da República abaixo-assinado denunciando as violências que vêm sofrendo por parte da metalúrgica Companhia Mercantil Ingá, que além de estar tentando expulsá-los de um local onde detêm a posse da terra há mais de cem anos, ainda polui a baía de Sepetiba acima dos limites suportáveis ao equilíbrio ecológico. Segundo a denúncia, há 17 anos, quando a parte fronteira da ilha da Madeira foi ocupada pela metalúrgica, a estrada que dava acesso à aldeia dos pescadores, na praia do Fora, foi fechada por uma guarita ocupada por guardas e também por uma cancela. A partir de então, apenas os moradores da ilha e os funcionários da empresa puderam circular pela estrada, e assim mesmo a pé. Os moradores e a Prefeitura de Itaguaí acionaram judicialmente a companhia, mas a situação não foi resolvida. Nem mesmo recente decisão do juiz Franklin Belfort de Oliveira Neto em maio último, quebrou a resistência da empresa. O juiz disse em sentença que "os pescadores poderão transitar pela servidão de passagem, inclusive com seus veículos, observando as limitações impostas pela segurança da indústria". Esta última parte da frase foi o suficiente para que a metalúrgica mantivesse a proibição. (ESP - 22/6/82)

#### PADRE DESPEJA POSSEIROS

Quinze famílias que em outubro de 81 montaram suas casas num terreno pertencente à Mitra Diocesana de Porto Alegre, em Gravataí, poderão ser despejadas, pois o pároco local, Osmar Kist, moveu ação de reintegração de posse e com a liminar conseguida já demoliu um barraco. A esperança dos invasores, agora, é o prefeito da cidade, que obteve do padre 15 dias de prazo para arrumar outro terreno. O arcebispo de Porto Alegre, d. Cláudio Colling, evita falar sobre o assunto ("Não vi nada, não quero saber de nada e não vou falar nada"), indicando o procurador da Mitra, monsenhor Ermilo Weizenmann, para declarações a respeito. Este também se negou a fazer qualquer comentário. (ESP - 22/6/82)

#### ARQUIDIOCESE ENTREGA TÍTULOS

Com uma cláusula que proíbe a venda das propriedades nos próximos dez anos, a Arquidiocese de Aracajú, por intermédio do Programa de Promoção do Homem do Campo de Sergipe (Prohocase), entregou ontem títulos de terra a 68 famílias de lavradores. Cada família recebeu dez hectares de área localizadas em municípios do Interior sergipano e o arcebispo D. Luciano Duarte explicou que, com a cláusula que impede a venda das propriedades, a Arquidiocese de Aracajú pretende evitar que elas venham a ser adquiridas por grandes latifundiários. (ESP - 24/6/82)

"Fica proibido o transporte de passageiros em veículos de carga, nas estradas estaduais". É o que dispõe o artigo 1º do projeto de lei aprovado ontem pela Assembleia Legislativa e que entrará em vigor no prazo de 180 dias. A proibição não se estende aos veículos de carga de pequeno porte, desde que o número de passageiros não exceda o limite a ser fixado pelas autoridades de trânsito. Assim, no certificado dos veículos não sujeitos a restrição deverá constar a autorização para transporte de passageiros até o limite fixado. A iniciativa visa a acabar com o inseguro sistema de transporte em "caminhões apinhados de bóias-frias", que frequentemente resultam em acidentes com mortes. (ESP - 18/6/82)

## ÍNDIOS

### CIMI DENUNCIA AMEAÇA

O Conselho Indigenista Missionário - Cimi - informou ontem, em Brasília, que os índios ha-ha-hae que ocupam a fazenda São Lucas, na Bahia, desde abril deste ano com o apoio da Funai e da Polícia Federal, estão ameaçados de ser novamente expulsos de suas terras. Segundo o Cimi, os articuladores desta investida são cerca de 200 grileiros, produtores de cacau e de gado na região que contam com o apoio de políticos baianos, entre eles os deputados do PDS, Ângelo Magalhães, Laur Lomanto, Henrique Brito e José Amorim e o presidente do Sindicato da localidade de Pau Brasil, todos acusados de grilar terras na área indígena. A Funai retirou quase todos os policiais que estavam dando proteção aos índios, restando na fazenda apenas dois agentes de Polícia Federal. Para o Cimi, isso "pareceu um recuo". Na realidade - prossegue -, a Funai está cedendo às pressões dos fazendeiros e políticos e já circula na região a informação de que o prefeito de Pau Brasil recebeu do governo da Bahia a garantia de que as terras voltarão para o domínio dos fazendeiros e os índios serão transferidos para outro local, provavelmente a fazenda Guarari, onde estavam antes confinados. (ESP - 24/6/82)

### KAINGANG: CONTINUA LUTA POR TERRA...

Os índios kaingang e colonos que vivem na reserva Iraí, em Santa Catarina, e que estão brigando pela posse da área que ocupam, decidiram aguardar até terça-feira o resultado do levantamento que a Funai está realizando na área. O delegado do órgão fez uma representação à Justiça de Chapecó pedindo a adoção de medidas preventivas para evitar que ocorram violências na área, onde vivem 18 famílias de kaingang. Elas continuam afirmando que suas terras foram ilegalmente tomadas por agricultores da região, e ontem foram a Florianópolis pedir o apoio do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina. As terras reivindicadas pelos índios, num total de cem hectares, ficam perto do rio Irani. Segundo eles, foi a partir de 1945 que o agricultor Gioconto Trentin começou a vender estas terras, que antes chegavam a dois mil hectares. No entanto, com as vendas que consideraram ilegais, os índios perderam as terras e hoje vivem como agregados dos agricultores. O advogado após ouvir os indígenas, disse que a OAB "pode dar apoio e pressionar as autoridades para que façam com que os direitos dos índios sejam respeitados, isto é, a posse das terras que são deles lhes seja assegurada". (ESP - 18/6/82)

### ... QUE AGRICULTORES DIZEM PROVAR POSSE

Os agricultores do município de Chapecó, que estão em litígio com um grupo de índios kaingang, têm documentos suficientes para provar que as terras que hoje ocupam não pertencem aos indígenas, como alegam os dirigentes do Cimi e grupos da Pastoral da Terra. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, Arlindo Schwarz, os agricultores são os legítimos donos de uma área distante 15 quilômetros da sede do município, onde moram cerca de 150 famílias. As provas de que as terras são dos agricultores têm como base as escrituras datadas de 1893, através da qual o governo do Estado do Paraná, que tinha na época jurisdição sobre aquela parte do território, transferiu uma área de 395 milhões e 425 mil metros quadrados ao colonizador Joaquim de Moraes, que, por sua vez, as transferiu a Luiz Vivente Souza Cruz. Essa área coincide com as terras ocupadas hoje pelos índios. Com base nesses documentos, a comunidade agrícola está agora se assessorando juridicamente para contestar as acusações dos índios. (ESP - 24/6/82)

### REIVINDICAÇÕES AINDA NÃO FORAM RESPONDIDAS

Até agora o ministro do Interior não deu nenhuma resposta ao documento final do Encontro das Lideranças Indígenas. Esse documento, contendo uma série de reivindicações dos índios brasileiros, foi protocolado no Ministério do Interior dois dias depois do fim do Encontro (dia 11/6). A Comissão Pró-Índio de São Paulo enviou ao ministro um telex onde dá seu apoio ao documento e pede o atendimento "urgente" de suas reivindicações, que referem-se "ao problema da terra, à necessidade urgente de sua demarcação, à saúde, educação e liberdade de ir e vir para participar de reuniões". Os líderes indígenas reunidos em Brasília, acrescenta o telex, "manifestaram preocupação em dar apoio especial a seus irmãos que ainda não têm condições de se expressar". (FSP - 18/6/82)

### REGULARIZAÇÃO DE TERRAS NO ACRE

O presidente da Funai assinou portaria determinando a regularização das terras indígenas do Acre, quase todas elas invadidas. Um agrimensor e um antropólogo da Funai iniciarão o trabalho de identificação de algumas áreas, para demarcação. Serão pesquisadas a área do rio Jordão, no município de Tarauacá, onde vivem 700 índios kaxinawá; a localidade de Maomedade, onde estão 400 índios das tribos Jaminauá e Chaminere; rio Humaitá, no município de Feijó, área habitada por índios katukina e a área dos caxirari, no rio Azul. (ESP - 18/6/82)

---

### MOVIMENTOS POPULARES

---

### FAVELADOS AMEAÇADOS DE DESPEJO EM SP...

Dezesseis famílias de favelados da Vila Iasi, em Taboão da Serra (SP), estão ameaçadas de despejo porque a Prefeitura cedeu a área onde se encontram a Rede Capital de Comunicação, para a instalação de antenas de transmissão. O problema começou no final do ano passado, quando a Câmara aprovou projeto de lei cedendo a área à Rede Capital. Logo depois foram entregues aos favelados comunicados informando da necessidade de deixarem a área. Como os favelados não atenderam, a empresa Talude, da cidade, passou a realizar o trabalho de terraplenagem da gleba, ignorando a presença das famílias, que eram vinte, na ocasião. A empresa havia

— sido contratada pela Rede Capital para realizar os trabalhos preliminares. Poços foram soterrados pelas máquinas da Talude, que fez o mesmo com uma bica natural que deixava cair água potável para os favelados. Muitos barracos estão agora na iminência de desmoronar, face à remoção da terra feita pela empresa. Assustadas, muitas famílias resolveram aceitar a remoção a ser feita pela Prefeitura, disse Armênio Marques, advogado da Comissão de Direitos Humanos que atende os favelados, lembrando que o novo local não possui condições para que os favelados venham a se instalar, já que não há nenhum tipo de água. (FSP - 18/6/82)

## IGREJA

### JULGAMENTO DE PADRES COMEÇA COM MUITA POLÍCIA

O Comando Aéreo do Pará e a Polícia Militar treinaram, ontem, cerca de 1.200 homens, para evitar manifestações, hoje, na Praça da República, em favor dos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou e de treze lavradores. Acusados de incitamento a emboscada com morte em São Félix do Araguaia, eles serão julgados, a partir das 8 horas, pela 8ª Auditoria da 8ª Circunscrição da Justiça Militar, em Belém. A Promotora pediu a condenação dos padres e, por serem franceses, a expulsão do país. Bispos de todo o Brasil estão-se dirigindo a Belém, onde é grande a tensão. (JB - 21/6/82)

### CONDENADOS PADRES E POSSEIROS

— Ao final de uma sessão que se prolongou por 21 horas e meia, o Conselho Permanente de Justiça do Exército da 8ª Circunscrição Judiciária Militar, anunciou ontem, às 6 horas, a condenação dos padres franceses Aristides Camio (a 15 anos de prisão) e Francisco Gouriou (a 10 anos) por incitamento à desobediência coletiva às leis e à luta pela violência entre as classes sociais. Foram também condenados a penas que variaram de oito a doze anos de prisão os 13 posseiros que armaram, no ano passado, uma emboscada contra agentes da Polícia Federal e do Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins. No caso deles, a alegação foi de "faccionismo ou inconformismo político-social contra quem exerça autoridade". O líder dos posseiros, João Matias da Costa, foi condenado a nove anos de prisão. O rigor das penas aplicadas causou surpresa a boa parte do auditório, constituído de 11 bispos, vários outros religiosos, políticos, jornalistas e populares. Como principal incentivador da emboscada, realizada a 13 de agosto de 1981 no Sul do Pará, o padre Aristides Camio recebeu exatamente metade da pena máxima prevista no artigo em que foi enquadrado, enquanto seu companheiro Gouriou, condenado a 10 anos, recebia um terço da pena máxima. (JB - 22/6/82)

### CNBB ATRIBUI A RADICAIS SENTENÇA CONTRA PADRES

— "Grupos radicais, incomodados com a ação pastoral da Igreja, encaminharam o processo de modo a chegar a uma condenação. Temos a convicção de que foi a ação pastoral da Igreja que esteve em julgamento." A afirmação consta da nota oficial que a CNBB distribuiu ontem sobre a condenação dos Padres franceses Aristides Camio e François Gouriou, e 13 posseiros, dia 22, em Belém. A nota reafirma a inocência dos padres, faz críticas à Lei de Segurança Nacional e considera a sentença "injusta e digna de repúdio". Em São Geraldo do Araguaia, Pará, houve um ato público de apoio aos posseiros condenados e foi lançada a "Igreja da Libertação". (JB - 25/6/82)

## ~~EXPULSAO NAO ESTA DECIDIDA~~

O ministro da Justiça afirmou que a expulsão dos padres Camio e Gouriou dependerá de condenação definitiva, com sentença transitada em julgado pelo Supremo Tribunal Federal, pois está condicionada ao despacho do vice-presidente da República, Aureliano Chaves. Considerou, ainda, prematuro qualquer comentário sobre a possibilidade de os religiosos virem a cumprir pena no Brasil antes de serem expulsos, caso a condenação seja mantida. "Quando foi submetido ao exame do presidente da República o inquérito que versava sobre a expulsão dos padres, o presidente em exercício, Aureliano Chaves, proferiu um despacho que, tendo eles cometido um delito em tese, julgava-se conveniente aguardar a decisão final do processo e o cumprimento da pena se porventura fossem condenados. O despacho coloca a expulsão na dependência da decisão final do processo e condiciona, também, a existência de sentença condenatória definitiva." (ESP - 23/6/82)

## CNBB CRITICA JULGAMENTO

O vice-presidente da CNBB, dom Clemente Isnard, disse ontem que, em Belém, não foram julgados os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, mas sim o trabalho pastoral da Igreja. "A condenação não foi para a pessoa dos padres. Foi para os documentos "Exigências Cristãs de uma Ordem Política, "Igreja e Problemas da Terra e Solo Urbano e Ação Pastoral. A Igreja, no entanto - acrescentou - não pode voltar atrás nem interromper a sua linha de atuação." Para d. Clemente, o resultado do julgamento reforça a sua convicção de que é preciso iniciar uma grande campanha pela revisão da Lei de Segurança Nacional e da Lei dos Estrangeiros, e de que está na hora de todos os partidos políticos democráticos incluírem isto em seus programas. Os bispos que participam, na Capital, da reunião à presidência da CNBB e da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), foram unânimes em afirmar que o julgamento visou atingir os trabalhos pastorais da Igreja. O bispo auxiliar de São Paulo, dom Celso Queirós, afirmou que o que houve em Belém foi um tripúdio ao poder sobre os mais fracos, foi uma demonstração de força e prepotência do governo. Nunca se deu um passo para apurar os responsáveis pelos conflitos em outras áreas do País. Por que, então, julgar um problema de conflito de terra com uma legislação excepcional e por um tribunal militar? Por que todo o aparato militar? Que justiça é esta, que precisa de tanto?" - disse dom Celso. Em sua opinião, o processo foi cercado de irregularidades e interferências "de pessoas interessadas no resultado divulgado ontem, como o major Curió". (FSP - 23/6/82)

## FETAESP DIVULGA NOTA

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo distribuiu um texto à imprensa lembrando "a humilhante prisão dos religiosos, como se fossem mais perigosos que os corruptos, bicheiros, contrabandistas e traficantes. Jamais vimos - prossegue a nota - processo na LSN contra grileiros, jagunços, contra os assassinos de nossos dirigentes sindicais". (FSP - 24/6/82)

## DEPUTADOS, JURISTAS E OUTROS: PROTESTOS

Na reunião das lideranças oposicionistas, realizada ontem à tarde em Brasília, o presidente do PMDB, Ulisses Guimarães, propôs a solidariedade de das oposições aos padres franceses e aos posseiros condenados em Belém, salientando que as condenações "constituem um deserviço ao País e ao processo democrático". Para o líder do PT, Airton Soares, "estamos diante de uma constatação: não se jaz Justiça em Auditoria Militar su-

bordinada a comando militar da área. Não há independência na escolha dos juizes militares". Em Belém, ainda segundo Soares, os juizes foram escolhidos pelo comandante militar que patrocinou a repressão aos posseiros. A condenação dos padres franceses foi considerada "muito pesada" e "totalmente absurda", pelos juristas Dalmo Dalari, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, e Hêlio Bicudo, candidato do PT a vice-governador do Estado, que nela veem conotações políticas". O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo, José Bigi, disse que a condenação dos padres franceses "é tão ilegítima como a Lei de Segurança Nacional". Na Câmara Municipal de São Paulo, o vereador Benedito Cintra (PMDB) disse que a condenação "justifica o arbítrio e a violência, mostrando ainda que os posseiros e camponeses não têm o direito de autodefesa". Uma condenação política, com a nítida intenção de intimidar a ação pastoral da Igreja na questão agrária. Essa é a opinião do presidente da Regional Sul-1 da CNBB, dom Davi Picão. (FSP - 23/6/82)

#### PE REGINALDO É ABSOLVIDO

O Conselho Permanente da Marinha, da 4ª Circunscrição da Justiça Militar, absolveu ontem, por unanimidade, o Padre Reginaldo Veloso, acusado de ofender o Supremo Tribunal Federal com sua Carta Aberta aos Bispos do Brasil, escrita em fevereiro último, quando esteve preso no Esquadrão de Cavalaria Dias Cardoso. O próprio Procurador Carlos Alberto Borges, representando o Ministério Público, pediu a absolvição por insuficiência de provas, alegando que o acusado se havia retratado em seu depoimento. Considerou "o fato devidamente explicado". Essa é a segunda vez que o Padre Reginaldo Veloso foi julgado pela 7ª CJM, incurso no Artigo 42 da Lei de Segurança Nacional que trata dos crimes de propaganda subversiva. A primeira foi no ano passado, por causa do hino Vito, Vito Vitória, em homenagem ao padre italiano Vito Miracapilo, expulso do país. (JB - 22/6/82)

---

### POLÍTICA NACIONAL

---

#### AS MEDIDAS DO GOVERNO NO "EMENDÃO"

O Congresso vai ganhar novas prerrogativas: terá número ilimitado de sessões extraordinárias (atualmente são oito); o Executivo terá de responder a qualquer pedido de informações dos parlamentares; as comissões parlamentares de inquérito poderão deslocar-se a qualquer ponto do território nacional e o parlamentar poderá viajar ao exterior mediante apenas a prévia autorização da Câmara ou do Senado. Estas quatro inovações serão introduzidas no pacote de reformas constitucionais do Governo que entra hoje em discussão e deverá ser votado amanhã. Elas foram decididas em reunião do comando político do PDS. A medida visa a quebrar resistências que surgiram no PDS contra o pacote. (JB - 23/6/82)

#### "EMENDÃO" É APROVADO...

O PDS conseguiu reunir 222 deputados e 35 senadores para aprovar o projeto de reforma constitucional do Governo - o emendão - depois de dois dias de intensa batalha de oratória, no Congresso Nacional, em que a guerra das Falklands, a invasão do Líbano, o menor abandonado e a vitória do Brasil na Copa serviram de pretexto para a tentativa de obstrução feita pela Oposição. Não houve dissidência do PDS, mas, apesar da

questão fechada, dois deputados não compareceram à votação. O emendão elevou para dois terços o quorum para emendas à Constituição e alterou a composição do colégio eleitoral que elegerá o sucessor do Presidente Figueiredo. (JB - 25/6/82)

### ... SOB PRESSÃO

Depois que, obstruído pelas oposições, o substitutivo ao "pacote" político do governo foi rejeitado, quinta-feira à noite, pela comissão mista do Congresso. O Palácio do Planalto divulgou ontem nota oficial em que o presidente Figueiredo recomenda ao PDS o fechamento de questão para aprovar o projeto original, encaminhado ao Legislativo em maio último. (FSP - 19/6/82)

### ABERTURA CONGELADA

A rebeldia de parlamentares do PDS, mais uma vez, não era séria. Na hora da verdade, com raras exceções, prevaleceu o costume da submissão à vontade do Executivo, embora juridicamente não se sustentasse o fechamento de questão em torno do mais recente "pacote" político-eleitoral do governo. Esgotaram-se, assim, na noite de ontem, as possibilidades de resistência da oposição. Com a chancela de um Congresso em fim de legislatura, ou mais diretamente com os votos de um PDS resignado ao papel de partido do sim-senhor, a Constituição de 1969 passa a ostentar mais remendos, dos quais o principal restabelece o quorum de 2/3 para a votação de novas emendas constitucionais. É uma carta constitucional ilegítima por sua origem, autoritária em seu conteúdo e já desfigurada por vários remendos anteriores. Mesmo admitindo que não seja intenção do governo impedir qualquer nova mudança da Constituição, mas reservar-se poder de veto na hipótese de o PDS perder a maioria absoluta no Congresso, o restabelecimento do quorum qualificado é um convite ao enrijecimento de posições, trazendo o risco de impasses indesejáveis. Ponto ganho para os setores que não vêem a hora de pôr freio ao processo de abertura política, reduzindo-a a uma liberalização de fachada que deixaria intactos os traços autoritários essenciais do regime. De sua parte, as oposições, que apostam numa substancial alteração do equilíbrio das forças políticas a partir de 15 de novembro próximo, têm agora um motivo para agitar com vigor renovado a bandeira da Assembleia Nacional Constituinte. Se não como objetivo viável a curto prazo, ao menos como forma de expressar repúdio global a uma Carta basicamente incompatível com a ordem democrática. (FSP - 25/6/82)

---

### OUTRAS

---

### INFLAÇÃO PODERÁ VOLTAR AOS 100%

A inflação de 1982, medida pelo Índice Geral de Preços (IGP), poderá voltar ao patamar dos 110%, caso o comportamento dos preços mantenha-se na média mensal apresentada no período de janeiro a maio deste ano, de 6,37%. Os cálculos não deixam margem a qualquer dúvida: para se conseguir uma taxa anual de inflação próxima aos 80%, como deseja o ministro da Fazenda, ou até mesmo próxima aos 90%, como quer o ministro do Planejamento, os preços, no período de junho a dezembro, não podem repetir qualquer tendência daquelas apresentadas nos primeiros cinco meses deste ano. Ao contrário, terão de conquistar substanciais melhoras na forma de aumentos bem abaixo dos registrados até agora. (FSP - 20/6/82)

## CARTA DO LEITOR

-CARO LEITOR AMIGO

A intenção do ACONTECEU é a de atender o melhor possível seus leitores. É com base nisso que iniciamos, hoje, uma nova seção: CARTA DO LEITOR. A idéia é abrir um espaço para que o leitor participe e oriente a edição do ACONTECEU veiculando notícias de sua própria base, desmentindo informações equivocadas de jornais, fazendo denúncias, pedindo esclarecimentos, comentando notícias, intercambiando informações entre as bases, etc. Queremos dinamizá-lo e achamos que nada melhor para isso do que a participação do maior interessado que é o leitor. Reservamos uma página - a penúltima - para essa seção que poderá tornar o ACONTECEU mais útil sem que perca sua característica de publicação ágil e informativa. Não deixem de enviar notícias e comentários que considerem importante. Sempre procuraremos uma forma de publicá-los. Escrevam para:

ACONTECEU

CEDI

Rua Cosme Velho, 98 - fundos  
22.241 - Rio de Janeiro - RJ

À espera de suas notícias,

O Editor

## ÚLTIMA PÁGINA

### A CONDENAÇÃO DOS PADRES

A Auditoria paraense do Exército condenou a pesadíssimas penas os padres Goriou e Camio, acusados de incentivarem emboscadas, da qual teria resultado morte, inapurada a rigor. Ninguém tinha dúvidas sobre esse resultado inicial do pleito. Teoricamente, podia dar zebra, mas o natural seria o burro, que saiu na cabeça. As condenações constituem um êxito para o sistema aplicado em arrancar essas punições absurdas. Destaque-se, em dois aspectos, a atitude da Igreja. Ela poderia ter feito uma barganha menor e liquidar o processo, aceitando a expulsão preliminar dos sacerdotes. Recusou-se ao arreglo. Conduzidos ao banco dos réus, os padres se comportaram com dignidade exemplar, recusando o crime que lhes é imputado, e estão enfrentando o processo que, deseje ou não o governo, se tornou um abcesso do regime. Mesmo que se admitisse, para argumentar, que ambos se houvessem excedido em sua ação missionária, o julgamento, quando muito, teria de correr na Justiça comum e não sob leis de exceção e tribunais militares. Em nenhum país, que se pretenda dizer democrático, os órgãos castrenses são chamados a decidir sobre problemas de terra; menos ainda sobre choques armados a isso atinentes. Possivelmente, o STM minorará, ou anulará, as penas, como se deu em outros casos. Mas também pode dar-se o contrário. O mérito fundamental da questão é por demais conhecido. A medida que se deslocam as fronteiras econômicas do Norte e do Oeste, o açambarcamento de terras, envolvendo grandes negócios e negociatas, transformou-se em um dado dinâmico da situação brasileira. Possesiros tocam índios (cujo genocídio prossegue) enquanto o grande capitalismo tange os possesiros das terras que desbravaram ou ocuparam na lei do trabuco. Os títulos são quase sempre precári-

os. É óbvio que a necessidade social predomina sobre a questão jurídica, mas o governo - como todos os que o antecederam - não faz uma lei de terras aceitável. Curiós, Passarinhos e outras aves executam, na região amazônica, a mesma política de concentração econômica que se desenvolve em todo o País. A Igreja defronta-se com um obstáculo sério e seus estrategistas não poderiam esquecer que a incipiência das vocações sacerdotais no Brasil levou-nos a uma quota excessiva de padres que são estrangeiros. Essa é uma das teclas que sistematicamente tem sido vibrada: a ênfase na nacionalidade francesa de Gouriou e Camio. O atual Estatuto dos Estrangeiros montado no Conselho de Segurança e que, segundo chegamos a nos fartar de dizer, teve como um dos objetivos mais importantes criar um dispositivo de combate do setor popularmente mais ativo da Igreja, e que, de início, resultou na expulsão exemplar do padre Miracapillo e na condenação do sacerdote nativo que lhes prestou homenagem. Que a hierarquia católica tenha fraquejado, naquele momento em que de sua atitude dependia a continuidade da mobilização de forças contra a draconiana "lei dos metecos" é outro assunto que não cabe esmiuçar, no momento. Mais vale esperar que, diante desse novo caso, ela se mantenha à altura que merece a importância dos acontecimentos e honrasse o sacrifício dos dois sacerdotes, dos posseiros atropelados pela iniquidade das leis e de um processo facciosamente montado, e o apoio que lhe empresta a opinião do País. O aperfeiçoamento democrático é isso que está aí mesmo. Passadas as emoções futebolísticas, o general-Presidente voltará à tevê para dissertar, novamente, sobre a democracia que, segundo repete, o seu pai lhe ensinou. Quanto aos partidos oposicionistas, que se manifestaram, com clareza, no processo dos sindicalistas, espere-mos que também falem agora, e alto, embora a Amazônia, ao contrário de São Paulo, seja escassa de votos. (FSP - 23/6/82)